

Grupo de Trabalho Técnico sobre REDD+

VIII Reunião

23 de fevereiro de 2018

Ministério do Meio Ambiente – Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 529

| Nome | Instituição |
|--------------------------|-----------------|
| Alexandre Avelino | SMCF/MMA |
| Monique Ferreira | SMCF/MMA |
| Jair Schmitt | SMCF/MMA |
| Natalia Milanezi | SMCF/MMA |
| Aline Menke | SMCF/MMA |
| Márcio Rojas | SEPED/MCTIC |
| Roberta Cantinho | SEPED/MCTIC |
| Felipe Ribeiro | Embrapa Cerrado |
| Marcus Vinícius Oliveira | Embrapa Acre |
| Julia Shimbo | IPAM |
| Clotilde Ferri | Funcate |
| Dalton Valeriano | OBT/INPE |
| Leila Fonseca | OBT/INPE |
| Thelma Krug | OBT/INPE |
| Alessandra Rodrigues | CRA/INPE |
| Luiz Andrade | DClima/MRE |
| Joberto Freitas | SFB/MMA |
| Humberto Mesquita | SFB/MMA |

Abertura

Jair Schmitt – DFCD/MMA

Jair Schmitt deu boas-vindas aos participantes e salientou a importância do Grupo de Trabalho Técnico sobre REDD+ para este momento da implementação de REDD+ no Brasil. Trouxe sobre o contexto de retomada da redução do desmatamento, bem como a abordagem da recuperação da vegetação, fundamentais para a implementação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e para o alcance do componente florestal do compromisso fixado na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil. Contextualizou o grupo sobre o funcionamento da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) durante 2017, com aprovação de resoluções que possibilitam que Estados amazônicos já possam captar recursos de REDD+. Informou que, por isso, os aspectos de MRV de REDD+ se tornaram cruciais nesse momento em que a captação de recursos finalmente é operacionalizada. Atualizou o grupo técnico também sobre o programa piloto do Fundo Verde para o Clima (GCF), cujos critérios de avaliação

apresentaram novos rebatimentos na verificação de resultados de REDD+ e que precisarão ser abordados desde já. Finalizou com a informação de que já está contratado serviço de tecnologia da informação para desenvolvimento do Info Hub Brasil, que trará aprimoramentos para permitir maior transparência aos resultados de REDD+ disponíveis para captação de recursos.

Mesa 1: Processo de avaliação internacional do FREL C Amazônia

Contexto de elaboração do FREL C

Monique Sacardo Ferreira – DFCD/MMA

Monique detalhou para o grupo o momento em que se desenvolveu o FREL C. As submissões de níveis de referência de emissões florestais (FREL) do bioma Amazônia disponíveis até hoje, FREL A e FREL B, permitiram o cálculo de resultados de REDD+ do Brasil até o ano de 2015. Com o recente avanço da captação de recursos pelos Estados, se fez necessário que os resultados a partir de 2016 pudessem ser calculados prontamente. A necessidade de submissão de um novo FREL, o FREL C, se tornou clara apenas em novembro de 2017, o que, em combinação com o prazo de submissão em 8 de janeiro de 2018, implicou na elaboração de uma submissão em um curto período. Monique informou ainda que a abordagem adotada foi de uma atualizar a primeira submissão de FREL para o bioma Amazônia, já revisado no âmbito da UNFCCC. Apesar do prazo exíguo, tal submissão representa uma oportunidade para calcular resultados mais recentes alcançados no bioma. Monique finalizou sua exposição: dados os avanços na estruturação do MRV de REDD+ do Brasil, a urgência agora é operacionalizar os pagamentos por resultados.

Elaboração do FREL C para análise técnica no âmbito da UNFCCC

Thelma Krug – OBT/INPE

A pesquisadora do INPE Thelma Krug apresentou ao grupo detalhes sobre a submissão do FREL C. Informou que a primeira submissão de FREL é considerada muito transparente, tendo sido aperfeiçoada após o período de avaliação internacional. Além do prazo curto para encaminhar a submissão ao secretariado da UNFCCC, a Funcate entrou em recesso no final de ano, o que inviabilizou alterar a metodologia do FREL C para deixá-lo consistente com o III Inventário de Emissões. Por outro lado, o FREL C é consistente com a submissão que traz FREL A e FREL B, que foi extensamente escrutinizado. Thelma detalhou sobre a dificuldade de se calcular o incremento ajustado de desmatamento (IAD) se utilizando de dados do III Inventário, devido ao processo de suavização do mapa de carbono. A técnica de interpolação de dados aplicada na suavização não se utiliza de um valor estático de densidade de carbono, mas um valor situado em uma amplitude encontrada em dados de campo.

No momento de dúvidas e comentários foram levantados pontos relacionados à diferença de natureza e emprego dos dados. Roberta Cantinho (MCTIC) informou que há problemas com metadados empregados tanto no mapa de carbono do II como no do III Inventário de Emissões, o

que atrapalha a replicabilidade. Jair Schmitt (MMA), Joberto Freitas e Humberto Mesquita (ambos SFB) chamaram a atenção para necessidade de se buscar a convergência de processos como Inventário de Emissões, Inventário Florestal Nacional, Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB). Dalton Valeriano (INPE) salientou que, sem avançarmos no monitoramento da recuperação e da degradação florestal, as submissões brasileiras perderão qualidade nos critérios de avaliação. Ao final dos comentários, motivado por Jair, o grupo concordou com a abordagem apresentada para o FREL C, com aprimoramentos aplicáveis no processo de revisão para uma potencial submissão modificada.

Mesa 2: Validação dos resultados de redução de emissões por desmatamento no bioma Amazônia no ano 2016

Validação da redução de emissões do desmatamento no bioma Amazônia em 2016

Jair Schmitt – DFCD/MMA

Jair explicou ao grupo o contexto de implementação da CONAREDD, que avançou em 2017 para estabelecer critérios para captação de recursos por resultados diretamente pelos entes federativos. A captação direta pelos estados tem implicação para o processo de MRV como é conhecido, pois a avaliação de resultados no âmbito da UNFCCC pode durar até 2 anos, tornando lenta a disponibilização de novos resultados. Para atender à demanda por resultados recentes do Brasil, Jair informou que foi proposto um processo doméstico de MRV. Monique chamou atenção para a nota técnica encaminhada previamente ao grupo, que teve por objetivo demonstrar a metodologia do cálculo dos resultados de redução de emissões do desmatamento no bioma Amazônia no ano de 2016. A validação dos cálculos pelo grupo permitirá que a CONAREDD faça a repartição de limites anuais para captação por estado amazônico. Salientou ainda que este representa um processo interino, para aguardar o processo na UNFCCC por meio da submissão do Anexo Técnico sobre REDD+, mas dá agilidade para o Brasil processar esses resultados.

Apresentação da Nota Técnica que demonstra o cálculo da redução de emissões

Alexandre Avelino – DFCD/MMA

Alexandre apresentou ao grupo a nota técnica que demonstra a consistência entre a metodologia de cálculo dos resultados de redução de emissões em 2016 na Amazônia e a metodologia empregada nas últimas submissões relativas ao bioma encaminhadas à UNFCCC – em particular o II Anexo Técnico sobre REDD+ e o FREL C. Fez referência às fontes de dados e informações, disponíveis no Info Hub Brasil, e às decisões internacionais que trazem as diretrizes para a apresentação de resultados. Alexandre apresentou a redução de emissões do desmatamento em 2016, no valor de 388.354.149,80 tCO₂, resultado da subtração do nível de referência da emissão calculada para aquele ano. Informou ainda que o valor obtido é conservador e não considera o processamento do desmatamento sob nuvens. Alexandre também lembrou ao grupo que o FREL

C, utilizado para o cálculo da redução, ainda está sob avaliação no âmbito da UNFCCC, o que pode implicar em mudanças posteriores à avaliação internacional.

Thelma Krug declarou ao grupo que o resultado é consistente com o Anexo Técnico sobre REDD+ com os resultados para os anos de 2011 a 2015. Informou ainda que a emissão bruta calculada para 2016 é conservadora, pois o desmatamento sob nuvens 2016 não é redistribuído pelos anos anteriores – procedimento de cálculo do IAD. Joberto e Humberto tiram dúvidas sobre distribuição dos limites de captação e contribuições dos estados para a mensuração, ponto esclarecido por Monique e Jair. Monique enfatizou que o repasse de informações pelos estados foi até cogitada como requisito para elegibilidade, mas a CONAREDD deliberou por uma posição mais conciliadora. Jair salienta que a estratégia do governo federal é de agir pelos meios de estruturação, fortalecendo o SINAFLOR para compilação das informações. O grupo editou coletivamente o termo de aprovação da metodologia, que foi posteriormente impresso e assinado pelos participantes.

Almoço

Mesa 3: Ações para um futuro próximo: rumo ao FREL Nacional

Síntese do Seminário Técnico-Científico sobre Degradação nos biomas Amazônia e Cerrado

Alexandre Avelino – DFCD/MMA

Alexandre apresentou aos participantes uma síntese do seminário sobre degradação e recuperação, realizado em outubro de 2017. Informou sobre o histórico do tema degradação dentro das discussões do GTT REDD+ e o impacto das decisões do grupo sobre a abordagem do tema nas submissões encaminhadas à UNFCCC. Após um sumário dos temas abordados nos três dias de evento, explicou a metodologia de trabalho (exposições orais seguidas de debates em grupo) e apresentou as principais contribuições registradas em targetas pelos participantes. Do debate com representantes da Colômbia e do Equador, Alexandre salientou a clara integração de processos de inventário florestal nacional, inventário nacional de emissões, submissões de REDD+ e alertas de desmatamento.

Síntese das deliberações do Comitê Técnico do PMABB

Alessandra Gomes – CRA/INPE

Alessandra, que assim como Dalton, acompanha as reuniões do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB), trouxe a síntese da última reunião, ocorrida no dia 22 de fevereiro. Foram tratados os seguintes tópicos: (1) Atualização da tabela de entregas do PMABB, (2) Mensuração da recuperação da vegetação nativa, (3) Apresentação dos dados de

desmatamento do Cerrado, (4) Novas tecnologias de mapeamento e classificação do uso da terra. Sobre as tabelas de entregas até 2020, Cerrado e Amazônia estão com recursos assegurados ou previstos, menos para o ano de 2020. Mapeamento do desmatamento nos biomas Pantanal, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica está assegurado até 2020 e deve iniciar em abril ou maio deste ano. Dentre os produtos TerraClass, apenas o Cerrado tem recursos previstos para 2016, 2018 e 2020.

Joberto chamou a atenção para a necessidade de harmonizar legendas do TerraClass com o Inventário Florestal Nacional.

Submissões à UNFCCC: Planejamento da IV Comunicação Nacional e III BUR

Márcio Rojas – CGCL/MCTIC

Márcio apresentou o planejamento para a próxima Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima. Informou que o MCTIC é o órgão responsável por implementar a Convenção e lembrou que a submissão da III Comunicação Nacional ocorreu em abril de 2016. Sobre a IV Comunicação Nacional, revelou a intenção de submeter em abril de 2020, embora considerando a possibilidade de atraso e conseqüente submissão em dezembro de 2020. Márcio atualizou ainda que as parcerias já foram realizadas e que o mapeamento do uso do solo está atualmente em licitação. As etapas de consulta pública e a especialistas continua em aberto. Sobre o III Relatório Bienal de Atualização (BUR), informou a expectativa de submissão em março de 2019.

Luiz Andrade (MRE) agradeceu a apresentação e comentou apenas estar preocupado com o timing para submissão do Anexo Técnico sobre REDD+ e a data de submissão do III BUR.

Elementos de avaliação das submissões e critérios observados pelo Fundo Verde para o Clima (GCF)

Monique Ferreira – DFCD/MMA

Monique informou ao grupo que o Fundo Verde para o Clima (GCF) abriu chamada para pagamentos de recursos de REDD+ no valor de US\$ 500 milhões. O edital prevê acesso de até 3 países, com um teto de US\$ 150 milhões por país. A oportunidade, segundo Monique, implicou na avaliação pelo MMA da pontuação a ser atingida pelo Brasil quando da avaliação do MRV pelos especialistas do GCF. Em um dos aspectos avaliados, série histórica, ao Brasil seria atribuída a maior pontuação; já em incertezas agregadas, obrigatório para qualquer FREL submetido a partir de 2019, o país só pontua se for menor que 50%. Esse é o ponto de intersecção com a agenda de MRV de REDD+, que passa a interferir diretamente no potencial de captação via GCF.

Jair complementou que o MMA tem trabalhado na possibilidade de ter uma única proposta para a chamada recente do GCF. Informou ainda que tem articulado com Estados para evitar

desalinhamentos e que a intenção do MMA é de apresentar rapidamente, pois os três primeiros países a aplicar recebem primeiro os recursos. Jair finalizou ao revelar que, para a aplicação dos recursos, as premissas são de que as ações cheguem à ponta na Amazônia.

Planejamento de ações do GTT REDD+ até 2020

Alexandre Avelino – DFCD/MMA

Alexandre expôs ao grupo tabela retirada de documento de planejamento circulado em 2017, em comparação a tabela atualizada recentemente. O propósito foi enumerar as potenciais entregas até 2020 e avaliar sinergias entre processos.

O debate entre os participantes orbitou sobre os meios de monitorar a degradação florestal, fazendo referência a discussões já levantadas no colegiado. Joberto pediu cuidado para que a degradação florestal não seja considerada qualquer perda de carbono, que é a forma como outros países tem visto o assunto. Dalton trouxe à discussão o aspecto temporal da degradação e da recuperação florestal, citando os dados mais confiáveis hoje: recuperação de floresta após uma queima é de 10-20 anos; após duas ou mais queimas, 50 anos. Thelma sugeriu que talvez seja o caso de o Brasil solicitar à UNFCCC um documento base para orientar os países sobre degradação florestal, até mesmo para se coordenarem entre si. Roberta reforçou que o elemento temporal complica a abordagem da degradação pelo Inventário de Emissões.

Jair sugeriu que o grupo buscasse limitar a discussão para atingirmos um escopo possível de implementar. Sinalizou a possibilidade de uma reunião específica, com imersão no tema, para que o assunto seja construído sem pressa. Thelma sugeriu que todos coloquem suas ideias no papel, como contribuições ao MMA, sob o tema Possibilidade de associar o relato de degradação com o Inventário de Emissões: limitações e vantagens. As contribuições se dariam até 31 de março. Joberto salientou que pode ser importante focar na Amazônia e depois o resto, para primeiro fechar a definição, depois área mínima, etc. Dalton concordou com a evolução gradual proposta, mas reforçou que devem ser adotadas diferentes abordagens. Por exemplo, na Caatinga pode não ser interessante mapear, por ser muito complexo e demorado, mas partir para mensuração por dados agregados (produção de lenha, produção florestal, etc).

Encaminhamentos

- MMA avalia possibilidade para mais duas reuniões temáticas sobre degradação e recuperação no contexto do FREL Nacional ainda em 2018.
- Especialistas respondem até o final de março a um formulário de contribuições encaminhado pelo MMA.
- Proposta de Thelma Krug para mensurar recuperação por meio do Inventário de Emissões.